

**O mobiliário urbano como elemento de transformação da paisagem
urbana**

Bruna Cabral Gonçalves de Oliveira

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo/UFF, Brasil.
bruna_cabral@id.uff.br

Eloisa Carvalho de Araujo

Doutora em Urbanismo/UFRJ; Professora Associada PPGAU/EAU/UFF, Brasil.
eloisacarvalhoaraujo@id.uff.br

RESUMO

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre a relevância do mobiliário urbano no contexto da paisagem urbana, considerando a inserção de elementos de pequena escala na transformação das relações cotidianas do espaço público como potencial de reconciliar e equilibrar a paisagem com a ocupação humana. Para tanto, parte do entendimento de que o mobiliário urbano pode ser visto como elemento de transformação da paisagem urbana, e não somente como apêndice dos logradouros públicos, podendo ser referência para representar diferentes momentos de uma cidade. De caráter exploratório a pesquisa dá ênfase às questões teórico-conceituais associadas ao mobiliário urbano e seus efeitos na paisagem urbana das cidades, buscando identificar, nas experiências e vivências com esses elementos em projetos de requalificação urbana, transformações bem-sucedidas e seu potencial em influenciar estratégias projetuais a serem perseguidas por municipalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Mobiliário urbano. Paisagem urbana. Projeto urbano.

1 INTRODUÇÃO

As intervenções urbanas fazem parte da história das cidades e são respostas às crises do mundo contemporâneo. Intervenções estas que, em maior ou menor escala, têm grande poder de transformação e são inseridas, conforme a evolução das cidades e suas respectivas populações, a todo instante em cada paisagem, seja ela projetada pelo poder público ou, simplesmente, pensada e executada pela comunidade local. Nesse sentido, conhecer e interpretar os motivos de certas intervenções, especificamente, em paisagens é importante, pois, conforme define Milton Santos (1996), as paisagens são decorrentes de sistemas e ações, que se revelam a partir de diferentes camadas de acumulações e substituições.

A partir desse entendimento, compreende-se que as paisagens urbanas se configuram a partir de uma equação que combina o ato de percebê-la e de interpretá-la de modo a promover uma relação entre sua história e função através das necessidades de seu complexo ambiental e social. Mas não é sempre assim que acontece. Na verdade, a grande maioria das paisagens é resultado de um conjunto de intencionalidade de uma minoria favorecida, na qual quem detém o capital se torna seu principal interventor. O sistema neoliberal transformou e modificou o modo de pensar e agir, no qual atualmente, segundo Harvey (1996), tudo se tornou “estratégia do capital”, mantendo-se como uma forma de disfarçar e disseminar suas ideias e diretrizes até mesmo dentro de um panorama “sustentável”. Vende-se uma narrativa na qual convém somente convencer o usuário de que a qualidade de vida que ele procura está ao seu alcance através de apenas meras transações financeiras de mercado. Deste modo, as cidades e suas paisagens se transformam em reféns do capital, ao mesmo tempo que constituem os principais locais de mobilização para sua reação e recuperação.

A diversidade de pessoas, com formas de pensar, agir e interagir com a paisagem, influencia na transformação do espaço, o que não pode ser desconsiderado. É um incentivo muito maior que o capital. Na verdade, é um patamar que o capital não consegue alcançar e vai muito além de transações financeiras, pois as pessoas são feitas de emoções e a paisagem é reflexo disso.

Neste contexto, dentre as diversas escalas que o ambiente urbano e suas paisagens podem ser analisados com o intuito de atingir a percepção do usuário e fazer com que ele usufrua de fato da cidade, abordaremos a pequena escala, a escala local. Aquela que mais se aproxima à escala humana, que pode ser sentida e percebida nas atividades mais rotineiras.

O tema da paisagem e suas representações vem sendo pautado na literatura por vários campos disciplinares e de forma mais aprofundada. No campo da geografia, podemos citar os estudos de Santos (2010), defendendo a tese da “paisagem como sendo imagem e representação de espaço apropriado e produzido pelo homem” (p. 151), cuja contribuição se apoia na teoria de Milton Santos (1996, p. 66) ao afirmar que “(...) a paisagem se organiza, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes”. Ambos os autores ressaltam a ideia de que a paisagem não é espaço, mas sim sua imagem e representação. Já no campo da arquitetura e urbanismo podemos citar as contribuições de Jaime Lerner (2011), com a obra *Acupuntura urbana*, na qual defende que a cidade e a paisagem se mesclam, à medida que a cidade deve ser entendida como cenário de encontro. Nesse sentido, o autor enfatiza que “a cidade é uma estrutura de vida e trabalho, juntos. A cidade é uma integração de funções urbanas” (LERNER, 2011, p. 57), devendo ser valorizado nesta paisagem urbana não só sua essência, mas também sua existência no sentido de proporcionar a melhor fruição para o homem.

Nesse contexto, intervenções de pequena escala podem ser identificadas como “acupuntura urbana” segundo Lerner (2011), o que pode ser entendido como um pensamento urbano que promove a requalificação em caráter local, favorecendo a ideia de que as intervenções no espaço público não carecem de amplitude e alto orçamento para produzirem um efeito transformador. Essas intervenções podem estar relacionadas a uma gama de elementos e possibilidades, com base em atividades vinculadas à arte, cultura e design, todas incidindo na transformação da paisagem urbana.

Outra contribuição importante quanto à valorização e vitalidade dos espaços públicos na contemporaneidade é empreendida pelo arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2013), que destaca que os espaços públicos vêm sendo ressignificados como potenciais lugares para práticas cidadãs que consagram mudanças socioculturais e ambientais¹.

Nesse sentido, este artigo se insere nesse debate a partir do entendimento de que o mobiliário urbano pode ser visto como elemento de transformação da paisagem urbana, enxergando-o não somente como apêndice dos logradouros públicos, mas também como um complemento do processo de urbanização e como pode ser referência local e mundial ao representar diferentes momentos de uma cidade, suas paisagens e população.

1.1 Breve entendimento sobre mobiliário urbano como elemento

Ao tratar sobre mobiliário urbano, existem diversas variações do termo elucidadas por diferentes autores. Isso se deve ao fato desse conceito não possuir uma normatização específica. O primeiro entendimento sobre a abordagem do mobiliário urbano faz referência a um viés mais decorativo, no qual a promoção do espaço público a partir do século XIX era caracterizada pela contemplação de monumentos, possuindo relação direta com as reformas urbanísticas que aconteciam em diversas cidades (MONTENEGRO, 2005). Em 1986, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) criou a Norma Brasileira (NBR) 9283 para mobiliário

¹ O que converge com as teorias consagradas por Kevin Lynch (1981, 1997), Jane Jacobs (2000) e Gordon Cullen (1983) sobre cidades, suas formas e paisagem urbana.

urbano, que o definia como: “Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p. 1).

Essa norma, apesar de sua alta relevância, foi cancelada em 2014 com justificativa de não possuir mais aplicabilidade no contexto urbano. Embora seu conteúdo necessitasse de diversas reavaliações, a norma conseguia organizar de certa forma o mobiliário urbano em categorias e subcategorias que facilitavam o entendimento e um possível planejamento prévio para que, de certa forma, fosse iniciado algum estudo e direcionamento das problemáticas envolvidas.

Atualmente, o mobiliário é entendido prioritariamente por seu caráter funcional ao oferecer conforto e lazer para a comunidade. Entretanto, a definição mais concreta e “válida” na atualidade está presente na NBR 9050 (2015):

Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga. (ABNT, 2015, p. 5)

A NBR 9050/2015 (p. 1) visa “proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção”. Ao se tratar de mobiliário, determina critérios e parâmetros técnicos – com foco antropométrico e aproximação de cadeira de rodas – a serem considerados no âmbito de “projeto construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (p. 1). É indiscutível a importância dessa norma para a construção de um meio urbano mais justo e igualitário, porém ao se tratar de mobiliário urbano e sua demanda atual, a abordagem ainda se apresenta como defasada. Ela não aborda, por exemplo, questões sobre as necessidades da cidade contemporânea, sua dinâmica e as exigências da sociedade que busca cada vez mais por qualidade de vida. Além disso, não aborda sobre cultura, arte, tecnologia, materiais, vitalidade urbana, afetividade e diversos outros parâmetros essenciais para um bom funcionamento da cidade como um todo.

Neste artigo, o mobiliário urbano no contexto da paisagem será abordado como complemento da urbanização através de sua característica funcional de apoio à dinâmica urbana, que, de certa forma, estabelece conforto e usabilidade das pessoas para com a cidade. Além disso, também será tratado como um conjunto de elementos de pequena escala com capacidade de promover a reestruturação de espaços, promovendo socialização e sentimento de pertencimento mediante a aproximação da escala humana.

Trazer à tona questões de interação da sociedade com o espaço público e a paisagem através da análise do mobiliário urbano como instrumento de pequena escala, capaz de requalificar espaços, se revela de extrema importância ao passo que é possível equalizar os problemas urbanos existentes e apresentar a relevância de um bom planejamento e gestão no contexto da cidade contemporânea.

Figura 1: Apresentação das problemáticas



Fonte: Elaboração própria

Tais reflexões contextualizadas pelas normativas ou ainda assim pela contemporaneidade do debate sugerido vêm destacando a relação do mobiliário com a cidade e, sobretudo, com seus espaços urbanos públicos. Segundo Brito e Silveira (2019, 2021), a definição de mobiliário urbano encontra apoio na ideia de reativar os espaços urbanos contribuindo para proporcionar maior dinamismo da paisagem urbana. Para os autores, tal definição pode ser assim apresentada:

Em geral, mobiliário urbano consiste em elementos, de escala muito próxima à humana, por isso atuam na pequena escala e possuem força de (re)estruturar espaços, provendo locais que antes não tinham função caracterizada em lugares de socializações, convivências comunitárias e mesmo de pertencimento, mediante humanização e ativação de estímulos para engajamentos sociais. (BRITO; SILVEIRA, 2021, p. 1)

1.2 O mobiliário urbano no contexto da paisagem urbana

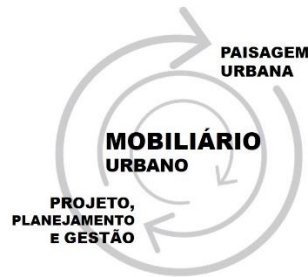
O conceito de paisagem urbana passou por mudanças ao longo do tempo em relação ao significado. Nesse contexto, abordaremos o conceito a partir da perspectiva de Gordon Cullen em 1960 ao propor uma visão serial para entender e analisar as paisagens urbanas. De acordo com o autor, a paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado visualmente tudo o que constitui o ambiente urbano. A potencialidade do conceito de Cullen está especialmente em compreender a mistura de sentimentos que podem se integrar em um mesmo meio de observação, sendo capaz de promover a percepção do ser humano frente ao espaço urbano pelo simples ato de atenção e consciência com as próprias emoções vividas.

Diversos outros autores contemporâneos também abordaram a questão da paisagem urbana, dentre eles Cauquelin (2007), que afirma que todos os elementos móveis e todas as atividades desenvolvidas nos determinados ambientes também fazem parte do conteúdo de uma paisagem. Arrais (2017) defende que a paisagem compreende dois elementos: os “objetos naturais”, que seriam as coisas que não são obras humanas, e os “objetos sociais”, que são os elementos existentes construídos no passado e no presente. Sendo assim, a paisagem urbana se configura através de elementos que nela se instauram, como a

arquitetura, o urbanismo, o paisagismo, o homem e todas as atividades desenvolvidas neste espaço.

É a partir desse entendimento que abordaremos o mobiliário urbano no contexto da paisagem como aquele que possui a capacidade de modificar, requalificar e ativar a paisagem urbana através do seu uso estratégico.

Figura 2: Mobiliário urbano, paisagem urbana e projeto

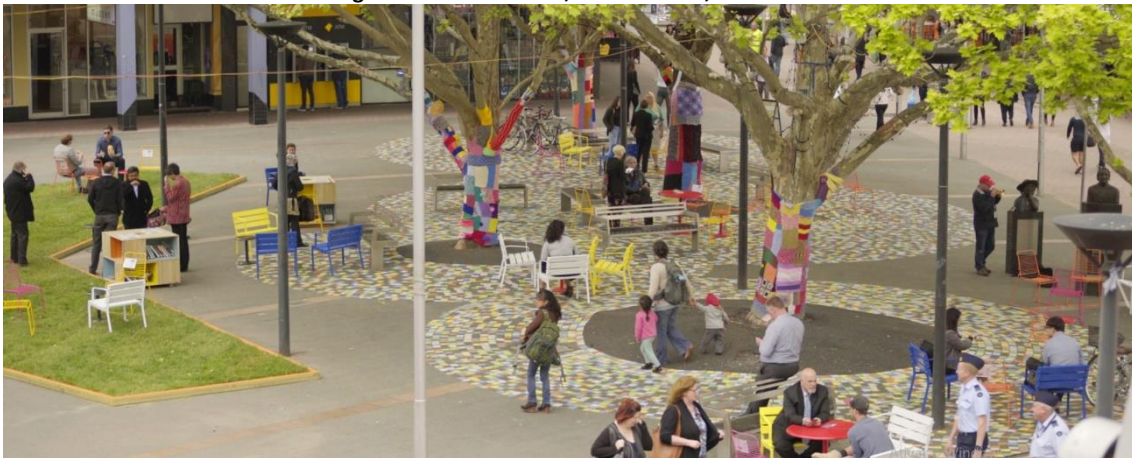


Fonte: Elaboração própria

Nesse sentido, vale ressaltar que os conceitos de acupuntura urbana, mobiliário urbano e paisagem urbana se entrelaçam de forma indissociável. Ao ser inserido na paisagem de forma estratégica e pontual, o mobiliário urbano traz uma valiosa contribuição aos encontros nos espaços da cidade, formando, desta maneira, diversas possibilidades de paisagem urbana através das novas dinâmicas positivas que ele é capaz de atrair.

Um experimento social realizado em Garema Place, em Canberra, na Austrália (Figura 3), confirmou a capacidade do mobiliário urbano de modificar a paisagem de forma significativa. Foi constatado que o número de pessoas que utilizam o espaço aumentou em 247% (BROWN, 2017), o que influencia diretamente na dinâmica da paisagem existente. Isso se deu por simples intervenções de inclusão de mobiliário urbano, espaço verde e cor, o que influenciou diretamente no comportamento dos transeuntes.

Figura 3: Garema Place, em Canberra, Austrália



Fonte: GAREMA..., 2016.

Tais referências evidenciam o que Brito e Silveira (2021, p. 3) associam ao analisar o mobiliário urbano e seu arranjo nos espaços públicos, as verdadeiras “gentilezas urbanas” cujo potencial é ativar atitudes de pertencimento nos ambientes urbanos.

2 OBJETIVOS

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo discutir a relevância do mobiliário urbano no contexto do espaço urbano. Para tanto, busca-se conhecer como a inserção de elementos de pequena escala transformam as relações cotidianas do espaço público com o potencial de reconciliar e equilibrar a paisagem com a ocupação humana.

Se, por um lado, a pesquisa² de caráter exploratório dá ênfase às questões teórico-conceituais associadas ao mobiliário urbano e seus efeitos na paisagem urbana das cidades, por outro debruça-se sobre a identidade cultural exercida por esses elementos nos espaços públicos, assim como busca identificar, nas experiências e vivências com esses elementos em projetos de requalificação urbana, transformações bem-sucedidas e seu potencial em influenciar estratégias projetuais a serem perseguidas por municipalidades.

3 METODOLOGIA

A partir do embasamento teórico sobre o tema do mobiliário urbano, da paisagem urbana, do projeto urbano e da cidade como um todo, é possível repensar a relação existente entre os elementos que conformam o mobiliário urbano e sua relação com a cidade e, conseqüentemente, como isso tem o poder de transformar a dinâmica das cidades e como o usuário a utiliza. Ainda que indispensáveis, em um contexto de equilíbrio da cidade contemporânea com seus modos de vida, a constante redução de investimentos na oferta, manutenção e reposição desses elementos nos espaços públicos das cidades podem levar à perda de sua vitalidade.

A pesquisa realizou uma revisão bibliográfica sobre o mobiliário urbano como elemento de transformação da paisagem urbana. O embasamento teórico, ainda em construção, a partir do contato e análise das definições e conceitos, frutos de contribuições baseadas na literatura específica, impulsiona o entendimento das transformações em curso. Com um caráter não somente analítico, mas também propositivo, o estudo empírico se propõe a revelar experiências e vivências proporcionadas pelo mobiliário urbano da cidade do Rio de Janeiro, como mote da transformação da paisagem urbana das cidades, evidenciando um alinhamento de estética, funcionalidade e modos de vida contemporâneos.

A investigação iniciou-se durante a pandemia da covid-19 e teve seus recursos um tanto limitados pela situação vivida. Apesar disso, serão realizadas entrevistas com intuito de entender as reais necessidades e demandas dos usuários. Uma estratégia interessante será segmentar as entrevistas por áreas para obter um melhor entendimento de cada região e os

² Pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, ambientada no Grupo de Pesquisa “Cidades, Processo de urbanização e Ambiente”, cadastrada no CNPq.

hábitos de seus usuários locais, assim busca-se mapear quais os equipamentos e mobiliários que mais utilizam, quais sentem maior precariedade nas cidades, entre outros.

Espera-se que a pesquisa qualitativa possa ser uma ferramenta importante para alcançar os objetivos pretendidos e aponte alternativas, a partir do uso do espaço público, sobre a importância do mobiliário urbano como elemento de transformação da paisagem urbana.

3.1 Recorte espacial e temporal

Para efeito da análise do mobiliário urbano como elemento de transformação da paisagem, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida. Essa escolha se dá pela vivência intensa na cidade e por compreender a real demanda que se apresenta. Neste contexto, a abordagem sobre o mobiliário urbano no Rio de Janeiro poderia se apresentar desde a vinda da Família Real em 1808, momento em que a cidade se modificou e se adaptou para recebê-la. Contudo, essa retomada temporal não teria uma contribuição tão efetiva para a pesquisa em questão. Sendo assim, para impacto e proposta de análise mais assertiva, adotou-se os anos 1990 como ponto de partida, período em que o Programa Rio Cidade passa a evidenciar a importância do mobiliário urbano como componente importante do projeto urbano contemporâneo.

O Programa Rio Cidade, que se inspirou nas ações internacionais de empreendedorismo dos anos 1990, tinha como objetivo principal a requalificação do espaço da rua com o *slogan* “o urbanismo de volta às ruas”³. O programa teve seu marco inicial o lançamento de um concurso que buscava selecionar projetos para tratar o quadro de degradação urbana que a cidade apresentava naquele período. Para isso, a Prefeitura pré-selecionou dezenove áreas denominadas de corredores de grande vitalidade comercial e cultural para receber propostas de dezenove equipes, respectivamente.

Os projetos do Rio Cidade resultaram mais precisamente em um conjunto de intervenções urbanas com intuito de requalificar no âmbito funcional e estético as áreas selecionadas, contemplando remodelação de calçadas, vias, sinalização, iluminação, paisagismo e diversas outras categorias, inclusive de mobiliário urbano. Para se aproximar da escala do pedestre, o modelo de intervenção era delineado no diagnóstico de identificar os problemas junto com a população e propor soluções limitadas à pequena escala, de forma pontual.

O fato é que o discurso do Programa se apresentava de forma muito positiva desde a metodologia até o alcance, entretanto, após sua implementação foi possível observar que ao pensar os “corredores” de forma individual e fragmentada obtinha como resultado uma cidade dividida em partes. Além disso, o contato direto com a população para definir as principais diretrizes e parâmetros não aconteceu conforme o previsto, o que gerou certa insatisfação.

Segundo Araujo e Gagliano (2012, p. 5), imaginava-se que o programa gerasse expectativas frente as modificações nos eixos escolhidos, seja pelo viés da percepção da população, seja pelas facilidades oportunizadas pelo controle socioespacial implementado,

³ Oliveira (2008) menciona uma intervenção urbana implementada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1995 a 2000, com especial ênfase em projetos que exploraram articular elementos que compõem o mobiliário urbano à paisagem da cidade em geral.

que pudessem “servir de vitrine e dessem visibilidade às ações empreendidas, aos seus bairros e à cidade – uma espécie de marketing urbano”.

Os aspectos mais discutidos eram a natureza das soluções, a qualidade dos materiais e transtornos gerais, como trânsito intenso, obras incompletas, atrasos e até processos investigativos sobre orçamento público e gastos indevidos. No que diz respeito ao controle e gestão, o Programa não se sustentou. O mobiliário urbano e outros elementos do projeto não apresentavam uma padronização, e a grande variedade de peças tornou o viés de preservação e manutenção impraticável financeiramente, onerando o poder público e inviabilizando a continuidade dos projetos.

Já a partir do ano 2013 o Brasil vivia um momento diferente. Embora os problemas urbanos continuassem os mesmos, o comportamento da sociedade perante as insatisfações começavam a tomar forma de manifestações públicas com uma grande proporção. Os coletivos se propagaram e ganharam visibilidade trazendo o cidadão como o real protagonista do espaço público com autonomia para a transformação da realidade. Esse urbanismo que se revela como insurgente se reinventa a partir da força dos coletivos urbanos, trazendo para os dias atuais a necessidade de tornar próprio um lugar, ou seja, reconhecer a paisagem a partir do sentimento de pertencimento. Essa prática vem se destacando através do urbanismo tático⁴, que se baseia em um conjunto de estratégias pensadas para o espaço público, a fim de propor formas atrativas de baixo custo e pequena escala para promover o direito à cidade. Segundo Barata e Fontes (2016, p. 1), tais iniciativas apoiam-se em uma “forma de enfrentar essas questões, através de iniciativas de pequena escala, rápidas e de fácil execução para evidenciar possibilidades de transformação do espaço urbano”.

Além disso, outros conceitos também estão sendo discutidos atualmente, como o urbanismo cidadão, o urbanismo colaborativo e *placemaking*, que, por sua vez, reivindicam um modelo urbano alternativo que fomenta ferramentas de inovação, participação e colaboração da sociedade para o desenho e planejamento de cidades mais justas.

Dentro do panorama desses novos conceitos, conforme demonstrado nas Figuras 4 e 5, o mobiliário urbano tem potencial como instrumento de requalificação e uso do espaço, visto que pode se apresentar como elemento de intervenção pontual de caráter espacial urbano e social.

Figura 4: Praça do Reggae, São Sebastião, DF



Fonte: COLETIVO MOB, n.d Fonte: 21 PROJETOS..., n.d.

Figura 5: Comunidade Jardim Brasil, Olinda, RE



Fonte: 21 PROJETOS..., n.d.

⁴ FONTES, Adriana Sansão; BARATA, Aline Fernandes. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. In: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2016, Belo Horizonte. [Anais]... Belo Horizonte: Habitar, 2016.

4 RESULTADOS

A pesquisa em andamento se traduz, tanto no plano da cidade quanto no plano local, em uma redefinição do papel do projeto urbano, apontado por Panerai (1994, p. 78) “como um instrumental importante para estabelecer regras mínimas à construção do espaço público e no controle da paisagem”. As reflexões realizadas até o presente momento demonstram ser possível fortalecer o sentido de cidade, ativando o espaço público através de intervenções urbanas com ações concretas no mobiliário urbano, como potencial elemento de transformação da paisagem urbana.

Os resultados preliminares apontam um grande potencial do mobiliário urbano para a integração socioespacial de ambientes urbanos, por meio do incentivo de uma dinâmica socioespacial mais rica. Tais análises e percepções facultam ao mobiliário urbano, a partir da literatura consultada e das experiências e vivências no contexto empírico, sua apropriação e fruição, situações urbano-culturais diferenciadas com potencial de serem exploradas no planejamento e gestão das cidades.

5 CONCLUSÃO

A partir do exposto e frente ao processo de pesquisa continuada, o panorama até então investigado se depara com um aspecto do “urbano” que suscita diferentes abordagens. O avanço da investigação permitirá reconhecer e prospectar sobre a identidade cultural exercida pelo mobiliário urbano nos espaços públicos, assim como identificar, nas experiências e vivências com esses elementos em projetos de requalificação urbana, transformações bem-sucedidas e seu potencial de influenciar estratégias projetuais a serem perseguidas por municipalidades.

Neste sentido, a investigação, em curso, pode trazer importantes informações para a análise de estratégias projetuais implementadas no campo do mobiliário urbano, assim como das possibilidades de apropriação que ele oferece enquanto modos de viver e sentir a cidade. E é nesse caminho que a pesquisa tende a prosseguir.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283**: mobiliário urbano. Rio de Janeiro, 1986.

_____. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ARAUJO, Eloisa Carvalho de; GAGLIANO, Carina. Programas de revitalização urbana: novos sentidos do projeto urbano em áreas centrais. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MORTE E VIDA DOS CENTROS URBANOS, 3., 2012. Salvador. [Anais]... Salvador: UFBA, 2012.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Seis modos de ver a cidade**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2017.

BRITO, Ana Laura Rosas; SILVEIRA, Jose Augusto Ribeiro da. A pequena escala e a cidade: o mobiliário na ativação dos espaços livres públicos. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019. Natal. **Anais...** Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3n1VD89>. Acesso em: 13 ago. 2022.

_____. Mobiliário urbano: relevância, novas formas de convívio coletivo e inexistência de norma brasileira específica. **Arquitextos**, São Paulo, ano 22, out. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.257/8300>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BROWN, Andrew. Garema Place social experiment sees visitor numbers grow, report finds. **The Canberra Times**, Canberra, 3 mar. 2017. Disponível em: <https://www.canberratimes.com.au/story/6035813/garema-place-social-experiment-sees-visitor-numbers-grow-report-finds/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007. (Coleção Todas as Artes).

COLETIVO MOB. **Engajamento comunitário e transformação da praça do reggae**. São Sebastião, n.d. Disponível em: https://www.coletivomob.com.br/_files/ugd/74f6cb_d943f57acd49486abd5ff31c8eee3e49.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1983.

FONTES, Adriana Sansão; BARATA, Aline Fernandes. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. *In: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*, 3., 2016, Belo Horizonte. [Anais]... Belo Horizonte: Habitar, 2016.

GAREMA Place, Canberra. **Context Landscape Architecture**, Sydney, 2016. Disponível em: <https://www.context.net.au/projects-and-awards/community/woden-town-centre-garema-place/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. México: Editora Akal, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 5. ed. São Paulo: Record, 2011.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MONTENEGRO, Glielson. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN**. Orientador: Marcelo Bezerra de Medo Tinoco. 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 10., 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/338.htm>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PANERAI, Philippe. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 173, p. 78-82, 1994.

SANTOS, Marcio Pereira. A paisagem como imagem e representação do espaço na geografia humana. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, p. 151-165, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

21 PROJETOS de urbanismo colaborativo de todas as regiões do Brasil. **Laboratório da Cidade**, Belém, n.p. Disponível em: <https://laboratoriodacidade.org/2019/09/26/21-projetos-de-urbanismo-colaborativo-de-todas-as-regioes-do-brasil/>. Acesso em: 28 ago. 2022.